



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL MÍNIMA
(PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA)

Processo Administrativo n.º
1- Pregão Eletrônico para Registro de Preços visando à prestação de serviço de engenharia
2- Base Legal: art. 28, inciso I, c/c art. 78, IV, da Lei n.º 14.133/2021
3- Objeto da Contratação:
4- Prazo de execução:
5- Valor:

INSTRUÇÃO PROCESSUAL		SIM	NÃO APLICÁVEL	FLS.	OBS.
1	Há justificativa quanto a necessidade de contratação pelo setor demandante?				
2	Há documento de formalização de demanda ou justificativa para sua ausência? (art. 12, VII, da Lei n.º 14.133/2021)				
3	O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações? (art. 12, inciso VII, da Lei n.º 14.133/2021)				
4	Há a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso? (art. 18, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021)				
5	Há Estudo Técnico Preliminar com, ao menos, os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do §1º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021, e, nos casos em que os demais elementos previstos no referido parágrafo não forem contemplados, as devidas justificativas para tanto? (art. 18, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021)				
6	Há Análise de Riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual ou justificativa para sua ausência? (art. 18, inciso X, da Lei n.º 14.133/2021)				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7	Há Projeto Básico/Termo de Referência devidamente aprovado pela autoridade competente? (art. 6º, inciso XXIII, art. 40, §1º, da Lei n.º 14.133/2021)				
8	Há Projeto Executivo? (art. 6º, inciso XXVI, art. 18, II, art. 46, §1º, da Lei n.º 14.133/2021)				
9	Há orçamento estimado com a composição dos preços utilizados na sua formação?				
10	Há demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com a pretensa contratação?				
11	Há declaração expressa da área competente de que a despesa possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, além de compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? (art. 16, da Lei Complementar n.º 101/2000)				
12	Há a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento? (art. 18, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021)				
13	Há minuta de edital para a qual tenha sido certificada a utilização de modelos de minutas padronizados disponibilizados pela PGM ou justificativa para sua não utilização? (art. 18, inciso V, da Lei n.º 14.133/2021)				
14	O edital contém o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento? (art. 25, da Lei n.º 14.133/2021)				
15	O edital contém item que estabeleça como inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração? (art. 59, §4º, da Lei n.º 14.133/2021)				
16	O edital contém item que estabeleça garantia adicional da licitante vencedora cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta? (art. 59, §5º, da Lei n.º 14.133/2021)				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

17	Há, no edital, a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto? (art. 18, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021)				
18	Há, no edital, a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida? (art. 82, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021)				
19	Há, no edital, a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela? (art. 82, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021)				
20	Há, no edital, as condições para alteração de preços registrados? (art. 82, inciso VI, da Lei n.º 14.133/2021)				
21	Há, no edital, a possibilidade de registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação? (art. 82, inciso VII, da Lei n.º 14.133/2021)				
22	Há, no edital, a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital? (art. 82, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021)				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

23	Há a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio? (art. 18, inciso IX, da Lei n.º 14.133/2021)				
24	Há a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação? (art. 18, inciso XI, da Lei n.º 14.133/2021)				
25	Há minuta de contrato, quando necessária, constando obrigatoriamente como anexo do edital de licitação e para a qual tenha sido certificada a utilização de modelos de minutas padronizados disponibilizados pela PGM ou justificativa para sua não utilização? (art. 18, inciso VI, da Lei n.º 14.133/2021)				
26	Há a exigência da prestação da garantia contratual? (art. art. 96 da Lei n.º 14.133/2021)				
27	Há autorização da autoridade competente para a abertura da licitação publicada na Imprensa Oficial? (art. 37, <i>caput</i> , da CRFB/1988)				
OBSERVAÇÕES:					
1					
2					
3					

Seropédica, ___ de ___ de 20__

ASSINATURA
(nome, cargo, matrícula do agente público)